

24ª Reunião da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades

Dias 08 e 09/05/2012 – das 10:00h. às 17:00h. Ministério das Cidades.

PARTICIPANTES:

Coordenação: Carlos Antônio Vieira Fernandes

Poder Público Federal: Paula Ravanelli/SAF

Poder Público Municipal: Carlos Roberto Comasseto/FRENAVRU

Entidades do Movimento Popular: Bartíria Lima/Conam, Maria Clara Pereira/ MNLM, Usânia Gomes/CMP

Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa: Antônio Carlos Gerardi/ABES

Empresários: Maria Henriqueta Arantes/CBIC

Trabalhadores: Jair Pedro Ferreira/FENAE

Organizações não Governamentais: Maria Cristina dos Anjos/Cáritas, Mércia Alves/CENDHEC

Ministério das Cidades

Assessores Técnicos: Alexandre Godeiro/SNSA, Edson Leite Ribeiro/SNH, Magda Hennes/SEMOB,

Secund: Eduardo Amaral, Graziela Brandão, Luiz Carlos Barreto Pimenta, Rose Cristine Salomão, Tereza Góes

Pauta:

- 1 - Definições iniciais para a 5ª Conferência Nacional das Cidades, como: Coordenação-Executiva, calendário das ações, tema e lema;
- 2 - Calendário para o funcionamento dos GT's;
- 3 - Apresentação da ata para apreciação da Coordenação-Executiva;
- 4 - Andamento das Resoluções Recomendadas da 32ª Reunião;
- 5- Planejamento e orçamento.

Após a leitura da pauta proposta para a reunião, foram sugeridos novos temas a serem tratados:

6 - Rio + 20

7 - Fórum Urbano Mundial

- Planejamento e orçamento.

Foi lembrado o compromisso, pela gestão anterior do Ministério, de realizar planejamento estratégico do Concidades. Sugeriu-se que fossem convidados membros de outros conselhos mais maduros como o de Saúde, Criança e Adolescente, entre outros, para compartilharem experiências sobre a dinâmica de funcionamento, a gestão e o enfrentamento de dificuldades como falta de recursos, e as demais por que passa o Concidades. Observou-se que é necessário contratar uma assessoria para orientar as ações do planejamento. O planejamento foi adiado para a próxima reunião da Coordenação Executiva. Solicitou-se que nesta reunião os suplentes estejam presentes.

Observou-se que o grande desafio é a implementação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, para haver integração entre as políticas setoriais, destas com a política nacional e com o Concidades. Outro grande problema é a falta de apoio aos conselhos estaduais.

A servidora Graziela Brandão apresentou uma planilha com receitas e despesas estimadas, e a partir daí verificou-se que o orçamento está muito pressionado, mesmo levando em conta apenas as reuniões rotineiras do Concidades. Foi lembrado que para atividades extraordinárias

como seminários, pode-se buscar a cooperação com outras secretarias, conforme seja a temática, ou parcerias com o Banco do Brasil, Caixa e Cebic para complementação de recursos. O planejamento estratégico deve definir melhor o cenário.

Foi manifestado que os gastos não deliberados pelo Conselho, como aconteceu em relação à participação de um grupo de conselheiros na última reunião do Fórum da Reforma Urbana, não devem sair da rubrica do Conselho.

Foi solicitado que fossem levantados os gastos realizados na 4ª Conferência.

- 5ª Conferência Nacional das Cidades

Foi informado que ainda faltavam indicações de representantes para a Coordenação Executiva da 5ª Conferência. Diante da urgência, estabeleceu-se o prazo limite para as designações até o dia 13 e a convocação da 1ª reunião para os dias 26 e 27 de abril.

- Funcionamento dos GT's

GT de Moradia Social – informou-se que os seus próprios membros entendem que o tema está esvaziado.

GT Conflitos – por causa de problemas de agenda na SNAPU, sugeriu-se passar a reunião para o dia 25 de abril.

GT Plansab – indicativo de extinção do Plansab tendo em vista que no momento a prioridade deve se concentrar no GTI. A proposta será feita por intermédio do Comitê Técnico de Saneamento.

GTI Plansab – é preciso resolver logo a convocação do GTI, porque a questão da consulta pública do Plansab sofreu um grande atraso em decorrência de orientações díspares da Conjur sobre o trâmite desta etapa do Plano (ou por intermédio da Casa Civil ou do GTI); observou-se que faltam indicações para o GTI, pois não houve substituição dos conselheiros que saíram ao fim do 4º Mandato do Concidades. Os representantes do Poder Público Federal serão convocados por aviso ministerial ou por ofício do SNSA. Depois disto será emitida uma portaria do MCidades.

O conselheiro Girardi solicitou que fosse registrado que a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental é a entidade titular no GTI e o suplente é o que está vigente no momento.

GT Sistema – cumpriu sua missão, de redigir a proposta do PL do Sistema. Solicitou-se que a Seconcid cobre das Secretarias de Mobilidade, Saneamento e Habitação o andamento de suas manifestações – solicitadas pela Conjur - sobre a Resolução que aprovou, em dezembro passado, o SNDU. Afirmou-se que é preciso um prazo para concluir este processo.

Abordou-se a realização da reunião para a organização dos GTs em conformidade com a Resolução Normativa nº 13, que deverá ser ponto de pauta na próxima reunião do Conselho. Deve ser garantida a presença de um servidor em cada reunião, a fim de orientar sobre os seus objetivos. Neste sentido a Seconcid deve solicitar a cada Secretaria Técnica que indique um servidor para cada GTs sob sua coordenação. Sugeriu-se que na próxima reunião do Conselho a manhã do primeiro dia seja dedicada a esta atividade.

Foi lembrado que devido à incorporação do GT PAC pelo GT Orçamento, a representação dos Movimentos passou para oito membros.

- Andamento das Resoluções

Foram assinaladas as dificuldades recorrentes com a Conjur no que diz respeito às resoluções. O parecer da Conjur referente à resolução nº 133, no qual recomenda alterações e uma

supressão no texto aprovado em função do orçamento para a ação recomendada foi considerado inaceitável, visto que à Consultoria cabe apenas a avaliação da viabilidade jurídica da norma. A técnica Magda Hennes da Semob afirmou que de acordo com o PPA, há recursos para os Seminários citados na resolução. Vários conselheiros solicitaram que fosse manifestado ao Ministro, por intermédio da Seconcid, o seu desconforto. Foi solicitada a elaboração de um documento apontando as fragilidades no andamento das resoluções.

A resolução nº 134 designou sete conselheiros para comporem o GT1, o que difere do que foi estabelecido pelo MMA, que solicitou três indicações. Deliberou-se que a Seconcid encaminhasse ofício ao MMA solicitando mais três assentos no GTI.

- Rio + 20

Verificou-se que não há mais tempo nem espaço para o Conselho criar um evento próprio na Rio + 20. A conselheira Paula Ravanelli lembrou que a participação do Conselho poderia se dar por meio das atividades preparatórias constituídas pelos Diálogos Federativos Rumo à Rio + 20, montados pela Secretaria de Assuntos Federativos. Relatou que estão sendo elaborados dois documentos, um dos quais o Conselho poderia subscrever. Sugeriu-se como temas dentro do conceito da sustentabilidade, o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, a experiência do Concidades ou o controle social. Propôs-se que fosse formada uma comissão, com Cristina, Comasseto, Henriqueta, Jair e Alexandre, para participar dos Diálogos e formatar um evento (painel, mesa-redonda, etc) do Concidades neste processo. Encaminhou-se que a 33ª Reunião promoverá um painel dentro do conceito dos Diálogos Federativos.

- Fórum Urbano Mundial

O Chefe da Assessoria de Relações Internacionais, Davi Hoerlle explicou que o conteúdo do documento oficial do Fórum Urbano Mundial ainda não está liberado, e que 27 de abril é o prazo máximo para a inscrição de atividades. Foram examinadas quais seriam as propostas de participação do Concidades no FUM, tanto no que diz respeito ao formato quanto ao tema. Foi explicado que pode ser produzido painel, seminário, diálogo com países lusófonos, ou até mesmo um vídeo, como o realizado para o Seminário 10 anos do Estatuto da Cidade. Formou-se uma comissão para debater e conduzir os preparativos, composto por Henriqueta, Cristina, Edson, Alexandre, Davi e Juliano Gerardi, este último, doutorando da Universidade de Coimbra, que freqüentou algumas reuniões do Conselho e poderia contribuir no contato com entidades internacionais. Sugeriu-se que seja produzida uma minuta de projeto, que será divulgada por email. O coordenador Carlos Vieira afirmou que o número de componentes de da comitiva com representantes do Conselho para participarem do FUM dependeria dos limites orçamentários.

- Apresentação das atas

Conforme havia sido ajustado na 32ª Reunião, foram encaminhadas previamente à Coordenação Executiva as atas das duas últimas reuniões. A ata da 32ª Reunião foi aprovada.

- Outros assuntos

> Foi lembrado que será promovida pela Comissão de Direitos Humanos do Senado uma audiência pública para debater os 10 anos do Estatuto da Cidade. Observou-se que a participação do Conselho poderia ser ponto de pauta para a 33ª Reunião.

> A conselheira Maria Clara Pereira solicitou que fosse divulgado para os conselheiros material que ela enviou por email dia 4 de março.